

MÁRCIA MARIA MENENDES MOTTA
MARCOS NESTOR STEIN

EM TERRAS
ESTRANHAS

© Editora Proprietas

editoraproprietas.pt

Título: *Em terras estranhas*

Autor: Márcia Maria Menendes Motta

Marcos Nestor Stein

Projeto Gráfico: D29 Studio

COMISSÃO EDITORIAL

Ana Célia Castro
Ângelo Assis
Antonia Valtéria Melo Alvarenga
Brenda Escobar Guzmán
Carmen Alveal
Claudia Damasceno
Francivaldo Nunes
Hal Langfur
José Subtil
Leandro Malavota
Leandro Mendonça
Marina Monteiro Machado
Márcio Both da Silva
Mauro Romero Leal Passos
Mônica Piccolo
Ronaldo Vainfas
Susana Viegas
Valdei Araujo

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação

Maria Menendes Motta, Márcia & Marcos Nestor Stein
Em terras estranhas/ publicação original: Leiria, Leiria,
Portugal – Dezembro de 2021.
274 p.

ISBN 978-989-53103-8-8

1. História I. Título
CDU 82

PREFÁCIO

AS CRIANÇAS DA ENCRUZILHADA NATALINO

Em 1978, num entroncamento rodoviário do norte do Rio Grande do Sul, formou-se um grande acampamento de agricultores sem-terra, de diferentes procedências. Alguns vinham de terras indígenas reocupadas pelas populações originárias; outros eram filhos de pequenos agricultores da região, que não tinham para onde migrar depois das partilhas por herança e do crescente endividamento e empobrecimento desses homens e mulheres no campo; outro grupo era formado por agregados e parceiros, que estavam esgotados de trabalhar há décadas para patrões ausentes. Chamava atenção nas fotografias da imprensa e reportagens de televisão que havia, entre as crianças, várias de cabelo loiro e pele muito clara, contrastando com a presença de outras crianças com feições indígenas, africanas e mestiças.

Nas décadas de 1980 e 1990 se multiplicaram os acampamentos de sem-terra ao longo das estradas, com improvisadas barracas de lona preta sustentadas por taquaras e arames, sendo a única proteção contra as severas intempéries. Crianças, jovens, homens e mulheres de sobrenomes alemães, italianos e poloneses estavam amalgamados a moradores com sobrenomes luso-brasileiros. No sul do Brasil, a Encruzilhada Natalino foi o ponto de partida de uma retomada da luta pela terra e parte importante da resistência contra a ditadura militar e pela redemocratização da sociedade brasileira.

Essa diversidade na composição racial dos sem-terra do Rio Grande, e do Sul do Brasil em geral, revela que parte significativa dos descendentes de imigrantes europeus, que foram destinados à colonização desses territórios no século XIX e início do XX, viveram um processo de empobrecimento, expropriação, proletarização e aproximação crescentes com as populações nacionais que viviam nesse território antes de sua chegada.

Os capítulos do presente livro demonstram vários passos desse processo de nacionalização subalterizada dos descendentes de imigrantes. Mas o empobrecimento e a exclusão social são só os primeiros aspectos a serem identificados. Desde o Sul até a experiência dos imigrantes no Pará, há camadas mais profundas que revelam uma verdadeira mestiçagem cultural, principalmente com a população europeia aprendendo a sobreviver nas novas terras, conhecendo o bioma e os processos de subsistência dos roçados, as práticas agrícolas locais, na relação com as matas, na aprendizagem com o extrativismo, das caçadas e pescarias. A professora Ellen Woortmann denomina de “gramática do território” essa capacidade de leitura do bioma que os colonos europeus aprenderam com a população nacional e passaram a aplicar.

Tudo isso está muito longe do mito do trabalho imigrante que domina uma extensa historiografia de corte étnico e que busca eternizar narrativas fantásticas e heroicas de imigrantes destemidos, que vieram ao Brasil, foram abandonados à própria sorte mas venceram por sua determinação de trabalhar incansavelmente, construindo vilas, cidades, indústrias, bancos e possantes cooperativas. O sucesso mercantil e especulativo de uma burguesia de origem imigrante tenta legitimar sua riqueza no cabo das enxadas dos pioneiros. Nada mais enganoso. Os descendentes dos pioneiros estão hoje tão abandonados ao relento e às lonas pretas quanto os pobres lavradores nacionais.

Neste livro há um conjunto de estudos que revelam esse confronto da realidade de exploração em contraste com o heroísmo do braço branco. Os conflitos agrários são a marca central da maioria dos capítulos, incluindo problemas ambientais, vistos em abordagens atualizadas com pesquisas lastreadas em sistemáticos trabalhos críticos com fontes. A leitura é recomendada não apenas ao público acadêmico, pelo fato de serem estudos atualizados, mas é dirigida a todas as pessoas que procuram entender as raízes históricas das atuais mazelas da sociedade brasileira, incluindo a brutal concentração fundiária e as diferenças sociais que têm se acentuado nos últimos anos.

Florianópolis, 14 de maio de 2021.

Paulo Pinheiro Machado

Prof. Titular — Departamento de História — UFSC

SUMÁRIO

Prefácio.....	5
À guisa de introdução: nacionais, estrangeiros e estrangeiros nos conflitos de terras no Brasil.....	9
MÁRCIA MARIA MENENDES MOTTA E MARCOS NESTOR STEIN	
Estrangeiros em suas próprias terras: uma história de expansão, expropriação e dominação no Rio Grande do Sul.....	23
IRONITA POLICARPO MACHADO	
Férteis, sem cultivo: imigrantes estrangeiros e a difícil permanência em colônias agrícolas ao norte do império brasileiro.....	51
FRANCIVALDO ALVES NUNES	
Colonizadora Meyer: imigração, terras e colonização no noroeste do Rio Grande do Sul.....	83
ROSANE MARCIA NEUMANN	
Entre o Brasil e a Europa: conflito, propriedade e imigração em Santa Catarina no início do século XX.....	115
VIVIANI POYER	
Intrusão: colonização, propriedade e conflitos no Rio Grande do Sul da Primeira República (1889–1930).....	149
MÁRCIO BOTH DA SILVA	
Imigração, privatização e os ervais públicos no Sul do Brasil.....	183
MARCOS GERHARDT	

Terra de negócios: estrangeiros e camponeses nacionais.....209

PAULO ZARTH

Judeus e caboclos no norte do Rio Grande do Sul:
intrusões, colonização e conflitos sociais — entre as décadas de 1930 e 1950.....237

JOÃO CARLOS TEDESCO E ISABEL ROSA GRITTI

Sobre os autores.....271

À GUISA DE INTRODUÇÃO: NACIONAIS, ESTRANHOS E ESTRANGEIROS NOS CONFLITOS DE TERRAS NO BRASIL

MÁRCIA MARIA MENENDES MOTTA

MARCOS NESTOR STEIN

“Essa terra tem dono!” Eis uma afirmação atribuída a dois líderes guaranis — Sepé Tiaraju¹ e o cacique Guairacá —, a qual teria sido enunciada no calor de conflitos territoriais, ocorridos no Sul do Brasil durante o século XVIII, envolvendo indígenas, espanhóis e portugueses. Não há evidências que confirmem tal manifestação. De todo o modo, em que pesem os propósitos dessa expressão, empregada em diferentes tempos e lugares, tais usos incluem, por exemplo, a imputação de sentidos em que Guairacá teria sido um dos defensores dos direitos dos portugueses sobre os campos de Guarapuava, no Paraná.² Se os líderes de fato enunciaram ou não a frase, jamais saberemos, mas ela pode servir como um dos indicativos de que o processo de estabelecimento de brancos no Brasil foi permeado por conflitos que remontam ao período colonial e, infelizmente, permanecem até hoje em diversos locais do país.

No processo de conquista e de colonização do Brasil empreendido pelos portugueses, os diversos povos indígenas foram objeto de conversão, escri-

1 Para uma análise sobre as representações históricas do indígena Sepé Tiaraju no Rio Grande do Sul, ver: Brum, 2007, pp. 215–36.

2 Sobre as representações de Guairacá que visam legitimar a conquista dos campos de Guarapuava pelos portugueses no século XVIII, ver: Silva, 2012, pp. 81–101.

vização, massacres³ e expulsão de suas terras, gradativamente invadidas por fazendas de criação de gado, produção de açúcar e de café, com uso de pessoas escravizadas trazidas da África. Nos séculos XIX e nas primeiras décadas do XX, muitos dos ex-cativos foram deixados à própria sorte, sendo substituídos pela política de implementação, atração e estabelecimento de imigrantes europeus, sobretudo agricultores. Tais políticas foram acompanhadas pela produção e divulgação de narrativas sobre a necessidade de aumentar a produção de alimentos, branquear a população e ocupar os denominados “vazios demográficos” — mesmo que nesses espaços já vivessem muitas pessoas.

A exclamação daqueles dois indígenas também nos permite problematizar as diversas escalas de direito à terra no país. Para muitos, a partir da Lei de Terras de 1850, as terras teriam sido transformadas em mercadoria, cujo direito de propriedade é encarado atualmente como algo absoluto, quase sagrado e a-histórico. Em contraponto, a contestação dos mecanismos de constituição e legitimação da propriedade de terra no Brasil para naturalizar a estrutura agrária vigente tem uma história a ser contada. Ela desnuda o drama de homens e mulheres expulsos de suas terras, ora em nome de um direito inventado pelos potentados, ora pela ação do próprio Estado, ao desconsiderar a historicidade daquela ocupação.

A desnaturalização desse processo envolve também a análise histórica de lendas, imagens e prosas que legitimam uma dada estrutura fundiária, sublimando os conflitos ocorridos outrora. Não é muito difícil encontrarmos, em escritos sobre a vinda e a fixação de estrangeiros, referências ao Brasil como uma “terra de imigrantes”. De maneira semelhante, são relativamente abundantes as narrativas que enaltecem a “contribuição” dos imigrantes, sobretudo europeus, para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país.⁴ Se,

3 Cabe lembrar que, além das guerras, os indígenas foram dizimados por doenças introduzidas pelos europeus (Fleischmann; Assunção; Ziebell-Wendt, 1990/1991, p. 129).

4 A título de exemplo, mencionamos o uso da expressão “Das Einwanderungsland Brasilien” [Brasil, país de imigração] como título de um subcapítulo do livro de Max Frösch (1958), *Guarapuava: Die Donauschwäbische Flüchtlingsiedlung in Brasilien*, que aborda o estabelecimento de refugiados da Segunda Guerra no município de Guarapu-

por um lado, essas narrativas permitem conhecer as dificuldades encontradas e os esforços empreendidos pela grande maioria dos pequenos agricultores estrangeiros que se estabeleceram em terras estranhas, por outro esses escritos também minimizam ou silenciam a presença e a importância de grupos que não se enquadravam nas categorias de imigrante e/ou colono — hoje muito festejados e comemorados como os povoadores e civilizadores do país.

Em outros termos, em muitas publicações sobre imigrantes europeus no Brasil o enaltecimento do papel daqueles homens e mulheres como protagonistas do desenvolvimento do país e/ou ocupantes de inquestionáveis “vazios demográficos” subtrai a presença de nacionais, bugres, lavradores, intrusos, indígenas, posseiros, caipiras. Como desdobramento, elas produziram uma verdadeira amnésia social acerca dos pretéritos embates que envolveram interpretações conflitantes sobre a história social do lugar (MOTTA, 2008, p. 26).

Para contrapor essa amnésia, só nos resta uma saída: defender, estimular e produzir pesquisas para jogar luz sobre o complexo processo de estabelecimento das propriedades cedidas aos estrangeiros, em detrimento e exclusão de indígenas, negros, caboclos, ribeirinhos — todos expulsos de suas terras. Longe de ser uma defesa à concessão de terras apenas e tão somente aos nacionais, é preciso se dar conta de como as exclusões destes últimos integraram um processo mais amplo de deslegitimação de suas identidades e direitos. A feliz expressão de Naxara (1998) “o estrangeiro em sua própria terra” chama nossa atenção para a produção de narrativas pautadas no embranquecimento e numa concepção de progresso capaz de nos fazer crer que o Brasil, enquanto nação, é o resultado tão somente dos esforços de estrangeiros que aqui chegaram.

Tal amnésia resiste ao tempo e construiu e constrói narrativas simplificadoras, difundindo uma visão baseada na dicotomia entre imigrantes vencedores e nacionais vencidos. Mas a história é bem mais complexa — nem todos os estrangeiros lograram êxito econômico no novo mundo, tendo muitos deles perecido ao acreditar na promessa de uma terra abundante, vazia e de fácil

ava, no Paraná; e ainda o livro de Carlos Oberacker Jr. (1985), intitulado *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*.

manejo. Da mesma forma, os estudos sobre terras indígenas, quilombolas e a população cabocla e ribeirinha já vêm demonstrando os embates contra os projetos de colonização, divulgados como propostas de modernização, mas que visavam e visam destruí-los e expulsá-los de seus locais de nascimento e de vida.

Levando em consideração a complexidade desse processo histórico, os textos aqui reunidos buscam apresentar aos leitores resultados de pesquisas desenvolvidas por historiadoras e historiadores de diferentes universidades brasileiras. São capítulos que trazem novas abordagens, ao focar os conflitos ocorridos quando da apropriação de grupos de estrangeiros em terras onde viviam nacionais; muitos deles ocupantes de pequenas parcelas de terra e posteriormente expulsos em razão das ações de mercantilização do solo pelas empresas colonizadoras ou pelo próprio Estado.

Desde já alertamos que os capítulos que compõem este livro não abordam cada estado da federação brasileira separadamente. Tampouco visam contemplar todas as nacionalidades de estrangeiros que aqui se estabeleceram e nem todos os estados da federação. Trata-se, sim, de seis importantes estudos que abordam o Rio Grande do Sul, um que trata de conflitos ocorridos em Santa Catarina e outro que aborda o estabelecimento de agricultores estrangeiros no Pará.

Cabe ressaltar que os textos reunidos nesta coletânea também constituem ótimos exemplos da qualidade e da importância das pesquisas realizadas em universidades públicas brasileiras, ou por historiadores que receberam recursos de agências de fomentos estaduais e/ou federais. São investigações ancoradas em diferentes tipos de documentos — inéditos ou observados sob novas perspectivas — e que fazem uso de uma vasta bibliografia sobre a história do Brasil. Além disso, o leitor perceberá os diálogos entre seus autores, o que demonstra que a produção do conhecimento histórico se faz por meio do rigor na pesquisa empírica documental, o cuidado na escrita, sobretudo com o uso de conceitos, noções e categorias, e pelo profícuo debate acadêmico, que se dá quando da divulgação dos resultados parciais ou finais das pesquisas. Cabe também ressaltar que são investigações que não dizem respeito

somente ao passado, mas que demonstram a importância da História para a compreensão e o agir sobre questões e conflitos do presente.

O uso adequado de categorias para identificar os sujeitos históricos envolvidos nesse processo de apropriação de terras por estrangeiros tornou-se objeto de debates dentro e fora da academia. Logo nos primeiros capítulos, os quais abordam o norte do Rio Grande do Sul, o leitor entrará em contato com reflexões e controvérsias que envolvem nomear os habitantes de terras que atraíram o interesse de grupos dominantes da região ou de empresas colonizadoras. Primeiramente, Paulo Zarth, em seu texto “Terra de negócios: estrangeiros e camponeses nacionais”, traz uma importante problematização acerca das ações do poder público em conjunto com os interesses de grandes criadores de gado (os estancieiros), e também de comerciantes em relação ao uso, à mercantilização e à apropriação de terras, visando o estabelecimento de agricultores estrangeiros sobretudo naquelas situadas em áreas de florestas e produtoras de erva-mate, no noroeste do estado.

Segundo Zarth, nesse processo também ocorreu um apagamento ou um silenciamento da presença dos que viviam naquela região. Como desdobramento, faz-se necessário lançar luz sobre as origens, as formações históricas desses contingentes humanos, bem como a maneira mais apropriada para caracterizá-los conceitualmente. Zarth destaca ainda que não devemos compreendê-los como um grupo homogêneo, com uma origem comum; é preciso reconhecê-los a partir de sua diversidade. Apoiado em documentos produzidos pelo poder público da referida província e em uma rica bibliografia, ele mapeia e problematiza conceitual e historicamente a constituição dos caboclos no Rio Grande do Sul a partir de diversos grupos — fruto de relacionamentos entre militares e desertores com mulheres indígenas, de peões e agregados que trabalhavam em fazendas de criação de gado, de negros libertos, tropeiros, ervateiros, agricultores e indígenas guaranis, caingangues, xoclengues e charruas.

De acordo com Zarth, as pessoas que viviam em áreas de floresta no norte do Rio Grande do Sul não possuíam uma origem em comum. São homens, mulheres e crianças cuja relação costumeira com a terra não era a de

serem proprietários, mas sim a partir da noção de posse.⁵ Seu modo de vida baseava-se no cultivo de alimentos para o consumo da família, na criação de pequenos animais e na colheita de erva-mate, seu principal produto de comercialização. A partir da segunda metade do século XIX, com a implantação da Lei de Terras de 1850, esse modo de vida foi gradativamente destruído pelo avanço de empresas colonizadoras, apoiadas pelo governo provincial, que lotearam as terras e as venderam a imigrantes estrangeiros e seus descendentes.

Trata-se de um processo que envolveu disputas pelas áreas de terras, em especial em regiões de matas e ervais, como demonstra Marcio Both da Silva, em seu capítulo intitulado “Intrusão: colonização, propriedade e conflitos no Rio Grande do Sul da Primeira República (1889–1930)”. O fio condutor da análise de Both da Silva é a associação entre o conflito propriamente dito e a concepção de intrusão ou intruso. Ao delimitar determinada área e torná-la propriedade conforme a referida legislação agrária — propriedade do Estado ou de particulares —, aqueles que não possuíam autorização ou os devidos documentos que legitimavam a propriedade recebiam a designação de “intrusos”, pois, sob a ótica da lei, estariam ocupando-as ilegalmente.

Both da Silva também nos chama atenção para um aspecto pouco estudado pela historiografia. Trata-se do fato de a categoria “intruso” ser também utilizada para (des)qualificar imigrantes e descendentes de europeus. De acordo com o historiador, o fenômeno da “intrusão” entre esse segmento da população daquele estado também estava ligado ao não cumprimento de promessas, por parte dos governos federal e estadual, feitas aos candidatos à imigração para o Brasil, sobretudo relacionadas à medição e distribuição dos lotes de terras, ao apoio material nos primeiros anos e a outras condições que favorecessem o pagamento das terras.

Além disso, em função de questões como as condições climáticas e de solo, prole numerosa ou por não serem agricultores em seu país de origem, muitos estrangeiros adotaram técnicas agrícolas e formas de viver dos grupos

5 Sobre as noções de propriedade e posse, ver: Motta, 2005, 368–73; e Welch, 2005, pp. 376–79.

humanos que já habitavam as áreas onde eles foram alocados. Emílio Willems já havia destacado, em seu clássico estudo sobre o Rio Grande do Sul:

Os alemães que, em 1823, começaram a cultivar o solo rio-grandense eram na maioria pequenos rendeiros, jornaleiros e artífices sem tradição agrícola. A técnica agrícola no país de origem assemelhava-se às formas ainda hoje praticadas no Brasil. Ora, essa técnica que os alemães chamam de “Raubbau” (cultura de rapina), transmitiu-se de geração a geração. Dentro de 35 anos no máximo as terras se esgotam e o colono é obrigado a procurar novas terras, devastando, a ferro e a fogo, como o caboclo, as matas, cuja extensão vai diminuindo sensivelmente (WILLEMS, 1940, p. 263).

Nesse complexo processo, Both da Silva enfatiza ainda que muitos desses imigrantes passaram a receber a alcunha pejorativa de “acabocladados”. Trata-se de um termo que indica uma hierarquização dos grupos humanos, feita a partir de marcadores como a forma de utilização da terra, a relação com as florestas e a relação com o trabalho. Em decorrência, constroem-se novas formas de classificação, onde imigrantes ou descendentes teriam sido “acaboclidados”, ou seja, sofreram um processo de degeneração social e cultural. Numa visão de história ancorada na ideia de evolução e aperfeiçoamento da humanidade, bastante difundida no final do século XIX, os “acaboclidados” e os “intrusos” — nacionais ou estrangeiros — não teriam lugar ao sol nos projetos de civilização, nas perspectivas de futuro sintetizadas no emblema “ordem e progresso” das autoridades brasileiras.

Os projetos de civilização do Brasil objetivavam, como sabemos, a atração de agricultores morigerados europeus e a venda ou concessão de grandes áreas às colonizadoras privadas. Mas tais planos, desenhados nos gabinetes do Estado, não se concretizaram de maneira pacífica. É isso o que nos mostra a importante investigação da historiadora Rosane Marcia Neumann. Em seu texto intitulado “Colonizadora Meyer: imigração, terras e colonização no noroeste do Rio Grande do Sul”, Neumann chama atenção para o fato de que o processo de colonização — efetuado por estrangeiros em grandes áreas do estado — foi seletivo, pois não tocou nas terras pretensamente pertencentes

aos grandes estancieiros, portanto não mexeu nos latifúndios. A rigor, foram os pequenos agricultores nacionais os que foram expulsos de suas posses, em nome de qualquer discurso inventado a favor da privatização.

Alguns desses agricultores, porém, resistiram, ainda que tenham sido classificados pela empresa como intrusos. Com base em uma sólida pesquisa documental, Neumann apresenta uma cuidadosa análise das disputas entre a empresa e pequenos agricultores naquele contexto. Eram querelas que envolviam discussões sobre medições e limites das propriedades, ameaças de uso da força para se fazerem os despejos e apelos. Ambas as partes foram em busca de uma dada concepção de justiça, o que demonstra que lançar mão da legitimidade do direito formal foi também uma das estratégias utilizadas por agricultores nacionais para tentar fazer valer seus direitos sobre as terras que ocupavam há décadas.

Como nos mostra na sequência a historiadora Ironita Policarpo Machado, em seu importante capítulo intitulado “Estrangeiros em suas próprias terras: uma história de expansão, expropriação e dominação no Rio Grande do Sul”, o processo de ocupação de estrangeiros no norte do referido estado se deu por meio de “práticas político-jurídicas e econômicas [...] de (re)territorialização e de constituição da propriedade privada da terra”. Em outros termos, foi um processo em que ocorreu a desterritorialização de indígenas e agricultores nacionais e a territorialização de colonos europeus.

A apropriação, em suma, envolve relações de poder que constituem as fronteiras dos espaços territorializados, a legitimidade daqueles que detêm seu domínio e as justificativas para a exclusão de outrem. Nesse sentido, no início de seu texto, Policarpo apresenta um interessante exemplo dos três arquétipos da constituição da propriedade da terra no Rio Grande do Sul: no período imperial, temos a concessão de sesmarias e o apossamento sobretudo por líderes militares — os “senhores da guerra” que se “tornam senhores das terras” —; no Brasil República, ocorre o processo de mercantilização envolvendo redes familiares, e na sequência encontramos a necessidade de criação de um conjunto de regulamentações fundiárias.

Baseada em um rico corpus documental, Policarpo nos dá a conhecer, em prosa e mapas, que a constituição de espaços destinados aos indígenas (na

forma de reservas) para o assentamento de nacionais e para o estabelecimento de estrangeiros não resultou automaticamente na garantia da preservação da posse dos primeiros. Aquelas terras também foram “intrusadas” por nacionais, e os indígenas se viram forçados a recorrer à violência. As estratégias adotadas pelo Estado para destinar terras ocupadas por nacionais ou indígenas às empresas colonizadoras e colonos europeus contribuíram para transformar, gradativamente, indígenas e nacionais nos “estranhos” de suas terras.⁶

A destinação de grandes áreas de terras a colonizadoras estrangeiras e os conflitos daí decorrentes também são abordados pelos historiadores João Carlos Tedesco e Isabel Rosa Gritti, no capítulo intitulado “Judeus e caboclos no norte do Rio Grande do Sul: intrusões, colonização e conflitos sociais — entre as décadas de 1930 e 1950”. De acordo com os autores, para o governo estadual, o norte do Rio Grande do Sul se constituía, no início do século XX, como o último espaço geográfico a ser objeto “[...] de normatização, reorganização e reocupação das terras [...]”. E esse desejo incluía a mercantilização de áreas ocupadas por caboclos, que se empenhavam nas atividades extrativistas madeireiras e de colheita de erva-mate, destinando-as a colonos estrangeiros para ali criarem uma espécie de “celeiro agrícola” do estado.

É nesse contexto que se dão as ações da Jewish Colonization Association [Companhia Colonizadora Judaica]. A empresa foi criada em 1891 por Maurice de Hirsch, um rico judeu, e destinava-se a alocar em terras rio-grandenses judeus perseguidos do Leste Europeu. Para isso, em 1909 a companhia comprou a Fazenda de Quatro Irmãos e dois anos depois iniciou os trabalhos de estabelecimento dos imigrantes judeus em uma área de 93.985 hectares. Entretanto, tratava-se de uma área ocupada por nacionais, classificados como intrusos pela companhia.

Por meio de um amplo corpus documental, os historiadores apresentam uma minuciosa análise desses conflitos, sobretudo as lutas por terras de nacionais liderados por José da Rosa Sutil, mais conhecido como o “Capitão Belo”; e também o embate contra as narrativas que os classificaram como atrasados

6 Para uma importante análise das representações dos nacionais produzidas por intelectuais brasileiros entre 1870 e 1920, ver: Naxara, 1998.

tecnologicamente, incapazes de serem os construtores do pretendido celeiro agrícola na região.

As formas de viver relacionadas à atividade de extração de erva-mate de nacionais pobres e o processo de exclusão destes das áreas de ervais públicos nativos no Rio Grande do Sul são o objeto central do próximo capítulo. Redigido por Marcos Gerhardt, “Imigração, privatização e os ervais públicos no Sul do Brasil” aborda os conflitos agrários a partir de um campo de conhecimento relativamente recente no Brasil: o da história ambiental. Ao examinar o processo de privatização das áreas de ervais públicos no norte do referido estado, Gerhardt chama a atenção para o fato de que isso se deu concomitantemente à instalação de imigrantes europeus e de seus descendentes na região, a partir da segunda metade do século XIX.

Outro aspecto abordado pelo historiador refere-se à heterogeneidade dos nacionais, genericamente denominados de ervateiros, e que viviam no referido espaço geográfico. Ali estavam o proprietário de um engenho de beneficiamento de erva-mate, os trabalhadores contratados pelo dono do engenho para a colheita da planta, os agricultores pobres que, juntamente com a família, realizavam a extração, o beneficiamento e a venda do produto. Havia ainda os criadores de gado, que também se dedicavam à atividade durante o inverno — época da colheita.

A partir de uma análise meticulosa de fontes documentais, Gerhardt assevera que o processo de apropriação das terras de floresta por empresas colonizadoras para o estabelecimento de núcleos coloniais afetou em demasia os ervateiros mais pobres, ao acarretar a destruição de muitos ervais e áreas de florestas. O processo de privatização dessas áreas também ocorreu por meio da grilagem, o que demonstra o uso de leis e regulamentos, criados a partir de 1850, para legalizar a exclusão dessa população do acesso a suas terras e florestas.

O capítulo que o sucede desnuda histórias de violência em Santa Catarina na época da Guerra do Contestado.⁷ A historiadora Viviani Poyer, em seu texto intitulado “Entre o Brasil e a Europa: conflito, propriedade e imigração

7 Sobre a Guerra do Contestado, ver: Machado, 2004.

em Santa Catarina no início do século XX”, examina meticulosamente três eventos envolvendo assassinatos, prisões, uso de explosivos, saques e incêndios relacionados a conflitos entre nacionais e estrangeiros no estado.

Ao perscrutar documentos como processos judiciais e correspondências consulares, Poyer nos revela que os eventos não eram tão somente atos de indivíduos isolados, em busca, por exemplo, de alguma reparação ou vantagem para si. A historiadora convida o leitor a perceber que os episódios estavam conectados ao poder exercido pelos proprietários de terra, pelas ações e interesses de chefes políticos e por interesses de capitalistas estrangeiros em promover o estabelecimento de imigrantes agricultores e excluir caboclos de áreas do norte do estado de Santa Catarina, durante as duas primeiras décadas do século XX.

O último (mas não menos importante) capítulo desta coletânea aborda as políticas governamentais para o estabelecimento de agricultores estrangeiros, as dificuldades e as estratégias de sobrevivência desses colonos na região amazônica. Trata-se do capítulo intitulado “Férteis, sem cultivo: imigrantes estrangeiros e a difícil permanência em colônias agrícolas ao norte do império brasileiro”, escrito pelo historiador Francivaldo Alves Nunes. Por meio de uma aprofundada análise de documentos oficiais e jornais, Nunes nos mostra detalhadamente que, para além da floresta, problemas com sementes, animais ferozes e doenças tropicais, havia outro grande obstáculo enfrentado pelos imigrantes europeus ao se estabelecerem naquela região: as ações e omissões das autoridades brasileiras.

De forma semelhante às outras regiões do Brasil, no Norte do país também havia a crença das autoridades de que bastaria conceder as “terras férteis” aos agricultores estrangeiros que estes, devido aos seus conhecimentos e à sua capacidade de trabalho, se encarregariam de fazê-las produzir. Por meio da documentação, Nunes traz para o leitor as vozes, as reclamações de muitos colonos que se viam abandonados pelas autoridades, sem os alimentos prometidos para o período inicial, sem sementes e sem as orientações quanto às melhores técnicas e épocas propícias de plantio e suas estratégias para fazer frente a esse conjunto de dificuldades e sobreviver nessas terras estranhas à sua cultura.

Os férteis resultados dessas oito pesquisas fazem emergir os conflitos que permearam as políticas e práticas de reocupação em diferentes partes do território brasileiro no século XIX e início do XX. As investigações sobre tais políticas e práticas não se perdem, no entanto, na poeira do tempo. Elas contribuem para compreendermos as contradições e conflitos que se mantêm na atualidade. São elas e tantas outras que nos permitem desnaturalizar a desigualdade social no Brasil — em que a existência do latifúndio é o principal indicativo; hoje sob a nova alcunha do agronegócio. São elas que nos fazem reiteradamente lembrar: a despeito das marcantes diferenças entre processos de ocupação de indígenas, quilombolas, pequenos agricultores e ribeirinhos, todos têm algo inquestionavelmente comum: eles são expulsos de sua terra, por aquele “com título que recebeu de véspera”, como já nos alertara um dia um tal Saint-Hilaire (1974, pp. 23–4).

REFERÊNCIAS

- BRUM, Ceres Karam. “Esta terra tem dono: representações do passado missionário no Rio Grande do Sul. O mito de Sepé Tiaraju”. Revista *Antropológicas*, Pernambuco, vol. 18, n. 2. pp. 215–36, 2007.
- FLEISCHMANN, Ulrich; ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig; ZIEBELL-WENDT, Zinka. “Os tupinambá: realidade e ficção nos relatos quinhentistas”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 10, n. 21, pp. 125–45, set.90/fev.91.
- FRÖSCH, Max. *Guarapuava: Die Donauschwäbische Flüchtlingssiedlung in Brasilien*. Freilassing: Pannonia Verlag, 1958.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912–1916)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Niterói: EdUFF, 2008.
- NAXARA, Márcia Regina C. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro (1870/1920)*. São Paulo: Annablume, 1998.
- OBERACKER JR., Carlos H. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. Rio de Janeiro: Presença, 1985.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. 121 pp.
- SILVA, Bruna. “Região e tradição inventadas. O lugar da revista Guairacá na reafirmação do passado”. Revista *Tempo, Espaço e Linguagem*, Ponta Grossa, v. 3, pp. 81–101, 2012.
- SOUZA, Edison. “Territorialização”. In: MOTTA, Márcia Maria M. *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- WILLEMS, Emílio. *Assimilação e populações marginais no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.